ACF GRUPO ANTÔNIO CARLOS FRANCO

JORNAL DA CIDADE

54 ANOS DE COMPPROMISSO COM A VERDADE

"SEM LIBERDADE DE CRITICAR, NÃO EXISTE ELOGIO SINCERO". *BEAUMARCHAIS*

PUBLICIDADE LEGAL

ARACAJU(SE), QUINTA-FEIRA, 20 DE MARÇO DE 2025

IGUÁ SERGIPE S.A.

CNPJ nº 58.070.452/0001-20

Relatório da Administração

Prezados Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o presente Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Iguá Sergipe S.A. ("Companhia" ou "Iguá Sergipe"), relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhados do Relatório dos auditores independentes sobre as referidas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP - Brazilian Generally Accepted Accounting Principles) e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS - International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Iguá Sergipe informa que contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. para realizar tão somente as atividades de auditoria externa e que nenhum outro serviço foi realizado.

Visão Geral: A Iguá Sergipe S.A. ("Companhia") foi constituída em 8 de novembro de 2024, em cumprimento ao edital da Concorrência Pública Internacional nº 01/2024, promovida pelo Governo de Sergipe. A licitação, realizada na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), foi vencida pela Iguá Saneamento S.A., controladora da Companhia. Em 18 de dezembro de 2024, foi firmado o Contrato de Concessão para a prestação regionalizada dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário na Microrregião de Água e Esgoto de Sergipe ("MAES"), com prazo de 35 anos. O contrato prevê investimentos de R$ 6,3 bilhões e pagamento de outorga superior a R$ 4,53 bilhões.

Modelo Operacional: A Companhia será responsável pela distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto, enquanto a Companhia de Saneamento de Sergipe ("Deso") continuará com a captação e tratamento de água. A concessão beneficiará aproximadamente 2,3 milhões de habitantes e gerará mais de 20 mil empregos diretos e indiretos.

Estrutura da Concessão: A concessão abrange 74 dos 75 municípios do Estado de Sergipe. A transição operacional iniciou-se com a celebração do contrato, prevendo uma "operação assistida" de até 180 dias, prorrogáveis por mais 90 dias. Durante esse período, a Companhia de Saneamento de Sergipe ("Deso") concede acesso à Iguá Sergipe para familiarização com os sistemas de água e esgoto do Estado. Em 18 de dezembro de 2024, foi criado um Comitê de Transição, composto por representantes da Companhia, Deso, Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe ("Agrese"), Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura de Sergipe ("Sedurbi") e dos Serviços Autônomos de Água e Esgoto ("SAAEs"), para coordenar essa etapa.

Investimentos e Financiamento: As operações da Companhia tiveram início em 19 de dezembro de 2024 com a fase de operação assistida, razão pela qual não há valores investidos nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022. O Plano de Negócios Referencial, conforme definido no edital da Concessão, prevê um investimento total de R$ 6,3 bilhões ao longo dos 35 anos da Concessão, sendo R$ 4,7 bilhões concentrados nos primeiros 10 anos. Esse montante será destinado à ampliação da cobertura dos serviços de água e esgoto, redução de perdas, modernização de ativos e implementação de novas tecnologias operacionais. Nos anos seguintes, os investimentos serão ajustados conforme as necessidades de manutenção e expansão da rede, sempre acompanhados por metas de desempenho e indicadores operacionais que garantam a eficiência e sustentabilidade da concessão. A Companhia contou com um aporte integralizado por seu acionista em 21 de novembro de 2024, destinando R$ 1,4 bilhão ao cumprimento das obrigações da Concessão. Além disso, emitiu 1.850.000 debêntures no montante de R$ 1,85 bilhão, cuja liquidação foi concluída em 10 de dezembro de 2024. Os recursos líquidos dessa captação, somados ao aporte dos acionistas, serão utilizados para o pagamento da primeira parcela da outorga fixa, conforme previsto nos documentos da Concessão. Dessa forma, o financiamento dos investimentos será composto por capital próprio e emissão de dívida, garantindo a execução do plano de negócios da Companhia dentro do cronograma estabelecido. A Companhia não realizou quaisquer desinvestimentos de capital nos últimos três exercícios sociais, bem como não possui desinvestimentos de capital em andamento. Não há aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Desempenho Econômico-Financeiro: Dado que a Companhia foi constituída recentemente e encontra-se em fase inicial de operação, não há comparativos financeiros de anos anteriores. No entanto, a estrutura de financiamento adotada e os investimentos planejados garantem um equilíbrio entre alavancagem e geração de caixa. A receita operacional será gradativamente constituída à medida que os serviços forem assumidos e as tarifas aplicadas, conforme definido no contrato de concessão.

A Companhia manterá um rígido controle sobre os custos operacionais e administrativos, buscando otimização de despesas e ganhos de eficiência. O acompanhamento contínuo dos indicadores financeiros será essencial para garantir a sustentabilidade econômica da concessão e o cumprimento das obrigações assumidas junto ao poder concedente e credores.

Governança Corporativa: A Iguá Sergipe adota as melhores práticas de governança corporativa, com um modelo de gestão baseado na transparência, equidade e responsabilidade corporativa. A estrutura de governança conta com um Conselho de Administração, formado por profissionais qualificados, responsáveis por definir diretrizes estratégicas e supervisionar a execução do plano de negócios.

Diretoria Executiva:

- Diretor Geral e de Relações com Investidores: **Fernando Soares Vieira Lima**
- Diretor de Operações: **Claudio Martins Guilherme**
- Diretor sem Designação Específica: **William Gomes Figueiredo**

Conselho de Administração:

- Presidente: **Roberto Correa Barbuti**
- Conselheiro: **Douglas Ronan Casagrande da Silva**
- Conselheiro: **Gabriel Montagnini Ribeiro Gouveia**

Balanço patrimonial - 31 de dezembro de 2024 - Em milhares de reais, exceto quando de outra forma apresentado.

Ativo	Nota	2024
Circulante		
Aplicações financeiras	7	424.594
Impostos e contribuições a recuperar - CP		1.753
Outros ativos - CP		1
Total do ativo circulante		**426.348**
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Imposto de renda e contribuição social diferidos - LP	5	8.593
Total do realizável a longo prazo		**8.593**
Intangível e ativo de contrato	8	4.631.031
Total do ativo não circulante		**4.639.624**
Total do ativo		**5.065.972**

Passivo	Nota	2024
Circulante		
Fornecedores e outras contas a pagar	9	31.637
Poder concedente a pagar	8.a	907.387
Obrigações fiscais - CP		549
Total do passivo circulante		**939.573**
Não circulante		
Fornecedores e outras contas a pagar - LP	9	9.751
Poder concedente a pagar - LP	8.a	924.818
Debêntures - LP	10	1.856.109
Total do passivo não circulante		**2.790.678**
Total do passivo		**3.730.251**
Patrimônio líquido		
Capital social	11.a	640.001
Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações	11.b	712.399
Prejuízos acumulados		(16.679)
Total do patrimônio líquido		**1.335.721**
Total do passivo e patrimônio líquido		**5.065.972**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Período de 5 de novembro (data de constituição) à 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma apresentado.

	Nota	2024
Despesas		
Despesas administrativas e gerais	3	(3.110)
		(3.110)
Resultado antes do resultado financeiro, líquido		**(3.110)**
Receitas financeiras	4	11.809
Despesas financeiras	4	(33.971)
Resultado financeiro, líquido		**(22.162)**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**(25.272)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5	8.593
Prejuízo do período		**(16.679)**
Prejuízo por ação - básico e diluído (em Reais)	6	**(0,018863)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Período de 5 de novembro (data de constituição) à 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma apresentado.

	2024
Prejuízo do período	(16.679)
Outros resultados abrangentes	-
Resultado abrangente total	**(16.679)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
Período de 5 de novembro (data de constituição) à 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma apresentado.

	Nota	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(25.272)
Ajustes para:		
Atualização de outorga	4	17.430
Encargos e variações monetárias, líquidas		11.522
		3.680
Variações em:		
Aumento em impostos e contribuições a recuperar		(1.753)
Redução (aumento) em outros ativos		(1)
Aumento (redução) em fornecedores e partes relacionadas		3.110
Aumento em obrigações fiscais		549
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais		**5.585**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de ativo intangível	8	(2.809.615)
Aplicações financeiras	7	(420.124)
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento		**(3.229.739)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização e aumento de capital	11.a	640.001
Debêntures	10	2.610.000
Custo de transação pago no período	10	(25.847)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento		**3.224.154**
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		**-**
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa em 5 de novembro (data da constituição)	7	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	7	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Período de 5 de novembro (data de constituição) a 31 de dezembro de 2024 - Em milhares de reais

	Nota	Capital subscrito e integralizado	Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 5 de novembro de 2024	11	-	-	-	-
Integralização do capital social		1	-	-	1
Aumento de capital	11.a	640.000	-	-	640.000
Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações	11.b	-	712.399	-	712.399
Prejuízo do período		-	-	(16.679)	(16.679)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11	**640.001**	**712.399**	**(16.679)**	**1.335.721**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2024 - Em milhares de reais, exceto quando de outra forma apresentado.

1. Informações sobre a Companhia - 1.1. Informações gerais: A Iguá Sergipe S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Rua Euclides Góis, nº1220, Bairro - Coroa do Meio, na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe. A controladora direta da Companhia é a Iguá Saneamento S.A. As demonstrações financeiras para o período de 5 de novembro (data da constituição) à 31 de dezembro de 2024, foram aprovadas e autorizadas para emissão pela diretoria em 12 de março de 2025. **1.2. Contexto operacional:** A Companhia foi constituída em 5 de novembro de 2024 e tem como objeto principal a prestação regionalizada dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário da Microrregião de Água e Esgoto de Sergipe ("MAES"), dos serviços complementares e de fontes de receitas adicional na área de concessão. O contrato da concessão foi assinado em 18 de dezembro de 2024 e terá duração de 35 anos. O prazo de duração do contrato é contado a partir do fim da operação assistida, que pode durar até 6 meses após assinatura do Contrato. **1.3. Continuidade operacional:** No período de 5 de novembro (data da constituição) à 31 de dezembro de 2024, a Companhia se encontrava em fase pré-operacional, realizando a mobilização inicial para assunção efetiva dos sistemas ao final do período de operação assistida, conforme previsto em edital, e incorreu em prejuízo de R$16.679, decorrentes principalmente de despesas com juros sobre debêntures R$14.246 e de despesas com atualização da outorga R$17.430. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R$513.225, decorrente, principalmente, do passivo referente à segunda parcela da outorga fixa relativa ao Contrato de Concessão, que será paga após a transferência efetiva do sistema. Este efeito já era esperado e faz parte da estratégia de financiamento da Companhia, que possui compromisso firme assinado junto a agentes de mercado para o desembolso de uma nova tranche de empréstimo ponte até junho de 2025, no valor de R$ 800.000, para fazer frente ao pagamento da referida parcela. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que há recursos disponíveis para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis - 2.1. Base de elaboração: As demonstrações financeiras referentes ao período de 5 de novembro (data da constituição) à 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. A Companhia possui um único segmento operacional, sendo ele a concessão. **2.2. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:** A Companhia avaliou certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. • Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 – As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores, como um exemplo, dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. • Alterações à IAS 1 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes - As alterações afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes no final do período de relatório, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas no final do período de relatório, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. • Alterações à IAS 1 — Apresentação das Demonstrações Financeiras — Passivo Não Circulante com Covenants - As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir no ou antes do final do período de relatório afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante. • Alterações à IFRS 16 – Arrendamentos – Passivo de Arrendamento em uma Transação de "Sale and leaseback" - As alterações à IFRS 16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de "sale and leaseback" que satisfazem as exigências da IFRS 15 para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine 'pagamentos de arrendamento' ou 'pagamentos de arrendamento revisados' de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido por ele, após a data de início. As alterações trazidas acima não tiveram impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia. **2.3. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Pronunciamento	Descrição	Aplicação
IFRS 18	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	01/01/2027
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	01/01/2027
Alterações ao CPC 18 (R3) e a ICPC 09	Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	01/01/2025
Alterações à IAS 21	Falta de conversibilidade	01/01/2025
Alterações ao CPC 02 (R2) s e CPC 37 (R1)	Acordos de Financiamento de Fornecedores e Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	01/01/2025
OCPC 10	Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	01/01/2025

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 5 – Tributos. Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. A Companhia apresenta prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social a compensar. Estes prejuízos não prescrevem. A compensação dos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. • Nota explicativa nº 8 – Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do Plano de Negócio para os próximos cinco anos. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

3. Despesas

Natureza das despesas	2024
Despesas com pessoal	(1.041)
Serviços de terceiros	(1.004)
Outros custos e despesas	(1.065)
Total	**(3.110)**

4. Resultado financeiro - 4.1. Política contábil: Compreendem principalmente os valores de juros sobre debêntures e sobre aplicações financeiras e despesas com a atualização da outorga que são reconhecidos no resultado pelo método dos juros efetivos.

4.2. Composição	2024
Receitas financeiras	
Juros de aplicações financeiras	11.809
Total	**11.809**
Despesas financeiras	
Juros sobre debêntures	(15.311)
Juros sobre debêntures com partes relacionadas	(681)
Despesa com atualização de outorga	(17.430)
Outras despesas financeiras	(549)
Total	**(33.971)**
Resultado financeiro	**(22.162)**

5. Imposto de renda e contribuição social - 5.1. Política contábil: a) Imposto de renda e contribuição social correntes: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: Ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas no resultado como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias da Companhia e ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis da Companhia, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço e são apresentados em base líquida, se, e somente se, estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela (i) mesma autoridade tributária; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados. **5.2. Composição:** Impostos diferidos ativos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

Imposto de renda e contribuição social diferidos	Ativo 2024	Resultado 2024
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social (a)	8.593	8.593
Total	**8.593**	**8.593**

(a) Com base na estimativa dos planos de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais acumulados. A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada, conforme a legislação, à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

Conciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva:

Reconciliação da taxa efetiva	2024
Resultado do exercício antes dos impostos	(25.272)
Alíquota nominal	34%
Benefício com imposto a alíquota nominal	**8.593**
Total de benefícios com imposto de renda e contribuição social	**8.593**
Imposto diferido	8.593
Alíquota efetiva	**34%**

Cronograma de realização: Os impostos diferidos ativos foram constituídos, exclusivamente, com base em prejuízos fiscais de imposto de renda e base de cálculo negativa da contribuição social. A estimativa das parcelas de realização do ativo fiscal diferido deve seguir o seguinte cronograma:

Realização do imposto de renda diferido do ativo	2024
2027	8.593
Total	**8.593**

Conforme nota explicativa nº 1.3, a Companhia possui saldo de impostos diferidos ativos devido aos prejuízos gerados pelo início da operação. A estimativa utilizada para realização do saldo foi feita com base no plano de negócios que demonstra que a Companhia, devido a maturação da eficiência operacional, crescimento da base de economias em função do aumento de cobertura, iniciativas comerciais, redução dos níveis de perdas e iniciativas de fiscalização, gerará lucros tributáveis até o final da concessão superiores ao montante total de créditos fiscais.

6. Resultado por ação: O resultado por ação, básico e diluído, é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada de ações ordinárias em circulação, conforme demonstrativo abaixo. Não há instrumentos financeiros ou patrimoniais com potencial de diluição em 31 de dezembro de 2024.

	2024
Prejuízo do período	(16.679)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	884.211.526
Resultado por ação básico e diluído (reais) (*)	**(0,018863)**

(*) Conforme mencionado na nota explicativa nº11 b, a Companhia possui 760.000 debêntures obrigatoriamente conversíveis em ação, que por sua natureza são consideradas no denominador do cálculo do resultado por ação básico e diluído.

7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras - 7.1. Política contábil: a) Caixa e equivalentes de caixa: O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. b) Aplicações financeiras: As aplicações financeiras são compostas por fundo de investimento exclusivo com títulos lastreados em títulos privados e públicos, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Em razão da Companhia efetuar aplicação em fundos de investimento de característica multimercado com risco moderado, entende que estes podem sofrer mudança relevante de valor dada a cotação de tais títulos, por isso não atendem os critérios de reconhecimento de Caixa e equivalentes de caixa. O valor justo da aplicação financeira apresentada é igual ao valor contábil.

7.2. Composição	Rentabilidade média	Taxa média de remuneração	2024
Aplicações financeiras			
Fundo de investimento (*)	100,26% do CDI	10,90%	424.594
Total aplicações financeiras			**424.594**

(*) Fundos de investimento, cuja composição refere-se principalmente a aplicações em outros fundos de investimento não exclusivos de renda fixa tipo FIC com liquidez diária e referenciados ao DI, remunerado em condições e taxas normais de mercado. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, riscos de crédito, liquidez e análise de sensibilidade são divulgadas na nota explicativa nº 13.

8. Intangível e ativo de contrato - 8.1. Política contábil: Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização é iniciada no mês subsequente a data de aquisição ou do término das obras, é reconhecida no resultado de forma linear e não ultrapassa o prazo final da concessão. Os custos de empréstimos são capitalizados no período entre o início da obra até o ativo ficar em condições de uso pela Companhia e essa capitalização é suspensa caso seja suspenso o desenvolvimento do ativo por mais de 30 dias. Os juros sobre as captações utilizadas para pagamento da outorga fixa não são capitalizados, uma vez que dada a essência da outorga (montante pago em decorrência de contrato de concessão), a Administração da Companhia entende que esta não atende os critérios e definição de ativo qualificável (conforme definido pelo CPC 20 (R1)) e, desta forma, respectivas despesas de juros não são capitalizadas.

8.2. Composição - a) Valor contábil	Outorga da cessão (*)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-
Adições	4.631.031
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**4.631.031**

(*) Vida útil do ativo é o prazo de contrato da concessão. (i) Outorga de concessão: Como condição para a assinatura do contrato de concessão, em 13 de dezembro de 2024 a Companhia realizou o pagamento da primeira parcela de outorga fixa, correspondente a 60% do valor total de R$4.536.937 da proposta vencedora, perfazendo um montante de R$2.722.162. A Companhia possui registrado no passivo circulante o montante de R$907.387 referente a segunda parcela que será paga após a transferência efetiva do sistema que está prevista para julho de 2025, e no passivo não circulante o montante de R$924.818, referente a terceira parcela que será paga ao completar dois anos da assinatura do contrato de concessão, a atualização dos valores é com base no IPCA. No período de 5 de novembro (data da constituição) à 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu juros de atualização no resultado no montante de R$17.430, na rubrica "despesas financeiras", conforme nota explicativa nº 4. b) Teste por redução ao valor recuperável: A Companhia avalia anualmente a recuperação do valor contábil dos intangíveis utilizando o conceito do "valor em uso", através de modelos de fluxo de caixa futuro da unidade geradora de caixa (UGC), descontado pela taxa WACC, calculada com base em premissas de mercados comparáveis. A Companhia considera como UGC o direito de concessão. **14.2. Composição:** a) Remuneração de pessoal-chave da Administração: Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. O total de remuneração aprovada para o período de 2024 é no montante de R$1.200. Em 31 de dezembro de 2024, não foram incorridas despesas com remuneração do pessoal-chave. b) Transações com partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram os resultados, são demonstradas a seguir:

Em contas a receber e outros recebíveis, partes relacionadas e debêntures	Passivo 2024	Resultado 2024
Repasse de recursos - Iguá Saneamento (a)	9.751	(3.110)
Debêntures - Iguá Saneamento - nota explicativa 10	48.283	(681)
Não circulante	58.034	-
Total	**58.034**	**(3.791)**

(a) Compreendem os gastos com fornecedores, prestadores de serviços, despesas com pessoal e encargos liquidados por meio da Controladora Indireta (Iguá Saneamento S.A.), os quais foram registrados nas rubricas de intangível e despesas administrativas e gerais

ro, documentadas e aprovadas pela administração da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou teste para avaliação do valor recuperável da UGC tendo como base o Plano de Negócio 25-29 aprovado em reunião ordinária do Conselho de Administração realizada em 4 de fevereiro de 2025. Como resultado do teste, não foi constatado a necessidade de reconhecimento de impairment.

9. Fornecedores	Nota	2024
Fornecedores diversos		31.637
Operações mensais - partes relacionadas	14	9.751
Circulante		31.637
Não circulante		9.751
Total		**41.388**

10. Debêntures - 10.1. Política contábil: São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

10.2. Composição

Linha de crédito	Indexador	Juros médios a.a. (*)	Vencimento	2024
Debêntures 1ª emissão - Iguá Saneamento S.A. (**)		2,50	2029	48.283
Debêntures 2ª emissão	CDI	13,37	2029	1.864.246
				1.912.529
(-) Custo de transação				(56.420)
Não circulante				1.856.109
Total				**1.856.109**

(*) Os juros médios incorporam os juros fixos e, quando aplicável, a estimativa do indexador de referência na data do fechamento. (**) Refere-se a debêntures obrigatoriamente conversíveis em ação, adquiridas integralmente pela controladora da Companhia. Debêntures obrigatoriamente conversíveis - 1ª emissão: Em 26 de novembro de 2024, a Companhia realizou a 1ª emissão de debêntures privadas, simples e mandatoriamente conversíveis em ações em série única no montante de R$760.000, no valor nominal unitário de R$1,00, tendo sua Controladora na qualidade de debenturista e vencimento final em 5 anos contados da data de emissão, vencendo, portanto, em 26 de novembro de 2029. Os recursos líquidos recebidos pela 1ª emissão das debêntures obrigatoriamente conversíveis foram segregados entre o elemento do passivo financeiro e o componente do patrimônio líquido, conforme segue:

	1 ª emissão
Valor da emissão – Debêntures	760.000
Taxa de juros anuais a mercado (a)	15,98%
Taxa de juros do instrumento financeiro (b)	2,5%
Prazo (meses)	60
Instrumento financeiro passivo na data de emissão	47.601
Instrumento patrimonial na data de emissão (vide nota explicativa nº11 b)	712.399

(a) Taxa de desconto estimada para transações com terceiros sem conversibilidade em ações, a Companhia considerou CDI + 2,0% ao ano. **(b)** Conforme escrituras de emissão de debêntures privadas obrigatoriamente conversíveis em ações. Deb